



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

## **CORPOS-TERRITÓRIOS QUE (RE)EXISTEM: CONTRANARRATIVA QUILOMBOLA FRENTE AO RACISMO AMBIENTAL**

Tainá Silva Candido<sup>1</sup>; Viviane Kraieski de Assunção<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade do Extremo Sul Catarinense, tainacandido@unesc.net

<sup>2</sup>Universidade do Extremo Sul Catarinense, vka@unesc.net

### **GT 06 – Conflitos socioambientais: experiências práticas e narrativas de resistências**

#### **RESUMO**

Este estudo analisa a contranarrativa de Tinho, liderança quilombola da Comunidade Ilhotinha, localizada em Capivari de Baixo (SC), evidenciando como as relações raciais hierarquizadas impactam o modo como a comunidade se vê e se relaciona com o seu território. A pesquisa adotou uma abordagem etnográfica orientada pela escuta atenta, observação participante, uso de entrevistas em profundidade e registros em diário de campo. Além disso, a escrevivência permitiu que a narrativa de Tinho emergisse a partir de seu corpo, memória e vivências. Em sua fala, destacam-se dois casos: o uso de agrotóxicos e o desastre ocasionado por uma empresa no território. Sua narrativa denuncia as contradições do ideário desenvolvimentista, no qual territórios tradicionais são convertidos em zonas de sacrifício. Evidencia ainda como os impactos recaem de forma desproporcional sobre grupos étnicos vulnerabilizados, afetando os modos de vida de comunidades que vivem em estreita relação com seus ecossistemas.

**Palavras-chave:** zona de sacrifício, colonialidade, desenvolvimentismo, território quilombola.

#### **Destaques (highlights)**

- O racismo ambiental não se manifesta apenas através do desastre que afeta a comunidade quilombola, mas também na ausência de soluções para os problemas ambientais que afetam a população local.
- A contranarrativa de Tinho revela a dupla fratura da modernidade, colonial e ambiental (Ferdinand, 2022), evidenciado que a exploração dos territórios é sustentada por uma lógica colonial que fundamenta projetos desenvolvimentistas.
- As formas de dominação e os conflitos socioambientais revelam a persistente colonialidade que afeta a natureza latino-americana, sustentando a noção de colonialidade da natureza (Alimonda, 2011).
- Os quilombos, espaços de resistência de comunidades negras, constituem outras formas de habitar a terra, de ser e estar no mundo, oferecendo formas alternativas de vida.

#### **INTRODUÇÃO**



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A Comunidade Quilombola Ilhotinha, situada no município de Capivari de Baixo, em Santa Catarina, é composta por aproximadamente 134 núcleos familiares. O vínculo com a liderança local, Tinho, estabeleceu-se durante a pesquisa de doutorado de uma das autoras, cujo objetivo foi investigar de que modo a contranarrativa construída a partir de sua experiência propõe uma epistemologia contracolonial. No decorrer da escuta e da convivência com a liderança, emergiram diversas camadas de sentidos, entre elas, denúncias contundentes das múltiplas formas de racismo ambiental que historicamente afetam a comunidade. Portanto, neste trabalho, temos como objetivo analisar a contranarrativa de Tinho diante das violências históricas do racismo ambiental.

A trajetória de Tinho é marcada por perdas profundas, tanto em nível pessoal quanto territorial. Ainda na infância, trabalhou nas plantações de arroz de uma família branca, manuseando agrotóxicos que resultaram na morte de seu melhor amigo. Também presenciou sua família sendo despojada da terra e dos meios de subsistência. Já na vida adulta, vivenciou a instalação de uma empresa de lubrificantes no território da comunidade. Com a falência da empresa em 1995, além de dívidas trabalhistas, restou um passivo ambiental que até hoje compromete a saúde dos moradores e o equilíbrio do ecossistema local.

Compreender a gravidade desses processos exige considerar a concepção de território para as comunidades tradicionais. Mais do que um recorte geográfico, o território é vivido como espaço existencial, simbólico e político. Como aponta Porto-Gonçalves (2010), o território não é algo externo à sociedade, mas um espaço apropriado por sujeitos e grupos sociais que nele se constituem e o constituem. Por isso, território implica territorialidade — isto é, processos sociais e históricos de enraizamento e pertencimento.

Compreender o território como algo que vai além do espaço físico é essencial. Trata-se de um lugar carregado de significados, onde se manifestam ações, afetos, relações de poder, saberes e formas de existência. É nesse território que se concretizam as experiências e as histórias coletivas. No caso da Comunidade Ilhotinha, o que está em disputa não é apenas a terra, mas os modos de vida, as memórias, os vínculos de pertencimento e os conhecimentos tradicionais que ali se enraízam.

Nesse contexto, torna-se evidente que o território não apenas pertence às comunidades, mas constitui a própria expressão de sua vida e existência, o que justifica o uso da noção de “corpo-território”. Ou seja, o corpo é territorializado e, ao mesmo tempo, produz território. “É



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

o corpo-território que olha o mundo, que sente o outro, que se atravessa das experiências, que rasura nossas certezas, fervilha nossa imaginação.” (Miranda, 2020, p. 27).

No entanto, essas formas destrutivas de habitar a terra fundamentadas em um capitalismo perverso, vem historicamente destruindo esses territórios, juntamente com seus modos de ser e estar no mundo. Tal sistema, abriga uma profunda contradição ecológica, segundo Nancy Fraser (2023), que, por sua vez, é responsável pela crise ambiental que não deve ser entendida como um acidente.

Essa lógica está intrinsecamente articulada ao ideário desenvolvimentista, que, sob o discurso do progresso, transforma territórios ancestrais em zonas de sacrifício, desconsiderando os saberes, modos de vida e vínculos históricos das comunidades que ali habitam. Tal perspectiva, orientada por uma racionalidade ocidental, não apenas invisibiliza os modos de vida ancestrais, mas também hierarquiza territórios e populações, considerando alguns corpos e espaços como descartáveis. É nesse cenário que se inscreve o racismo ambiental, expressão de uma violência estrutural que atinge de forma desproporcional povos racializados, como as comunidades quilombolas.

O que pretendemos com este trabalho é evidenciar como as relações raciais hierarquizadas refletem na dimensão espacial, impactando diretamente o modo como as comunidades se vêm e se relacionam com o seu território. O intuito é refletir sobre as dimensões mais profundas da negação de direitos territoriais, da marginalização e da complexidade da luta pela terra, bem como pelo reconhecimento dos territórios quilombolas.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica qualitativa, com orientação etnográfica, centrada na escuta atenta, na observação participante e na valorização dos saberes e experiências de Tinho, liderança da Comunidade Quilombola Ilhotinha. A escrevivência foi incorporada como escolha teórico-metodológica fundamental, permitindo que a narrativa emergisse a partir do corpo, da memória e das vivências de Tinho, que escreveu cartas à pesquisadora, revelando saberes situados e potentes. Foram utilizadas entrevistas em profundidade e registros em diário de campo. Essas estratégias possibilitaram uma aproximação sensível com os modos de vida, as práticas de reexistência e a organização socioterritorial da



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

comunidade, reconhecendo sua epistemologia como uma legítima forma de produzir conhecimento.

A complexidade de uma etnografia se encontra nisso, no fato de que a teoria não é algo que apenas vai guiar a pesquisa, diferente disso, a teoria encontra-se entrelaçada no próprio processo etnográfico (Peirano, 2019). É o que a autora chama de etnografia e teoria vivida, onde a teoria é co-construída ao longo da pesquisa.

Nesse contexto, a etnografia não é vista apenas como um procedimento para coletar dados, mas como uma base, uma lente, uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar e analisar que coloca a teoria em prática através da interação entre pesquisador e o contexto pesquisado. É nesse processo que reside o potencial teórico do sujeito participante da pesquisa, gerando a produção de novos conhecimentos. Mais do que isso, a etnografia é uma prática que permite a revisão da própria teoria e sua relevância, com o intuito de desenvolver novas teorias, num processo em que o próprio pesquisador, ao revisar as categorias analíticas, também revisa a construção de si mesmo no confronto com a diferença (Bezerril, 2004).

A pesquisa se ancora na escrevivência de Conceição Evaristo por reconhecer, assim como a autora, que a escrita não é neutra nem inocente — ela é um gesto de denúncia, de existência e de reexistência. Ao transformar a experiência em palavra, a escrevivência atua como grito que ecoa, que borra as imagens cristalizadas do passado e acorda os da casa-grande. É nesse movimento que a narrativa de Tinho ganha potência: suas palavras não são apenas registros de memória, mas dispositivos de ação política e estética. Como afirma Evaristo (2020), escrever é também interrogar: o que escrever, como escrever, para quem e para quê escrever? Essas perguntas atravessam o fazer desta pesquisa, que compreende a escrita como uma forma de agenciamento que conecta, enraíza e vitaliza saberes historicamente deslegitimados.

Ao acompanhar a fala de Tinho, liderança quilombola da Comunidade Ilhotinha, a escrevivência oferece o aparato necessário para compreender que sua contranarrativa não se dirige apenas a um interlocutor individual, mas a um campo de disputa simbólica, epistêmica e política. Tal como propõe Nego Bispo, Tinho opera uma resignificação das palavras: enfraquece o léxico do opressor e potencializa o das ancestralidades. Esse gesto de tomar a língua do colonizador e fazê-la dizer o que se deseja é uma agência outra em que a fala, o corpo e a memória se tornam estratégias de enfrentamento à colonialidade. A escrevivência, nesse



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

contexto, não é apenas método, mas ética e posicionamento político diante da produção de conhecimento, reconhecendo a legitimidade de outras formas de narrar, saber e existir.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

Tinho, ao lembrar seu passado envolvendo as relações com o meio ambiente, menciona: “antes nós éramos o extremo da cidade mãe [Tubarão, SC], então ficávamos onde não havia nem eletricidade, era uma vida linda. Ali naquele momento nós vivíamos essencialmente a vida quilombola e não sabíamos disso.” Por meio de suas falas, é possível imaginar que na época, mesmo sem se auto identificarem como quilombolas, os moradores da comunidade valorizavam verdadeiramente o viver em comunidade.

Trata-se de modos de vida próprios, “sociedades comunitárias, nunca de todos para alguns”. Não eram sociedades somente antecapitalistas, mas também anticapitalistas (Césaire, 2020, p. 26). Eram sociedades cooperativas, fraternas. Aimé Césaire usa os termos antecapitalistas, no sentido de comunidades que existiam antes do surgimento do capitalismo e, anticapitalistas, se referindo a comunidades que, mesmo após a ascensão do capitalismo, se opõem a ele ou resistem a suas estruturas e valores. Tinho apresenta um exemplo concreto disso nessa passagem: “o meu pai pescava aqui, nesses riozinhos, e o que ele conseguia pegar de peixe ele dividia com os vizinhos mais próximos, as pessoas eram muito solidárias, elas ainda são, mas era essa proximidade no sentido de família, de coletivo, era muito presente.”

Suas memórias refletem uma comunidade enraizada nos valores da solidariedade e do compartilhamento, aspectos que se destacam na figura de seu pai. O ato de compartilhar vai além da mera distribuição de recursos; ele simboliza uma profunda conexão entre as pessoas, um sentido de pertencimento e responsabilidade mútua que transcende o individualismo.

De forma parecida, ao contar sobre sua experiência, Nego Bispo relata que “no quilombo somos compartilhantes, desde que tenhamos nascido aqui ou que tenhamos uma relação de pertencimento. E quando digo relação de pertencimento com o quilombo, falo de uma relação com o ambiente como um todo, com os animais e as plantas” (Bispo dos Santos, 2023, p. 38). Segundo ele, diferente de uma sociedade feita por posseiros, as comunidades quilombolas são feitas por pessoas.



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

No entanto, Tinho não carrega apenas traços de uma ontologia relacional, como propõe Escobar (2015); em sua memória também habitam marcas profundas de violência e opressão vividas por sua família e pelos moradores da comunidade. Esses fragmentos revelam e denunciam as múltiplas expressões do racismo ambiental e suas consequências devastadoras sobre corpos, territórios e modos de vida.

Acelrad (2014), ao questionar a noção de “desenvolvimento” e a epistemologia política que sustenta distintos projetos desenvolvimentistas na América Latina, argumenta que os conflitos ambientais que emergem nos territórios expressam críticas formuladas por sujeitos coletivos ameaçados ou em processo de expropriação. Nessa perspectiva, torna-se insustentável propor iniciativas de “desenvolvimento” sob a promessa de benefícios universais, quando, na prática, há a invisibilização dos impactos vivenciados pelas populações atingidas. Isso revela, conforme Acelrad (2014, p. 87), uma “hierarquização de direitos e cultura”, na qual a cultura desenvolvimentista prevalece sobre as demais.

Sob essa lógica, promove-se a ideia de um caminho garantido para alcançar uma vida idealizada, frequentemente associada ao bem-estar e ao sucesso. No entanto, aqueles que não se enquadram nesse modelo — seja por falta de acesso ou por defenderem outras formas de estruturar a sociedade e a economia — acabam sendo marginalizados e enfrentam diversas formas de violência, tanto explícitas quanto sutis.

Ou seja, a produção de um não habitar (Ferdinand, 2022) que promove a destruição de territórios, juntamente com os modos de subsistência e cultural de grupos historicamente marginalizados, evidenciam que o ideário desenvolvimentista é carregado de contradições. Tendo em vista que as vítimas das injustiças ambientais não só são verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento, mas que, subjugadas às “zonas de sacrifício”, assumem todo o ônus dele resultante. E, como a raça perpassa por essas relações de poder envolvendo o território, podemos afirmar, com Laschefski e Zhouri (2019) que se trata de um neocolonialismo intrínseco na continuidade de certa violência simbólica e material relacionada com a questão territorial, predominante tanto no velho como no novo desenvolvimentismo.

Esses aspectos são possíveis de serem observados na contranarrativa de Tinho sobre a atividade agrícola de uma família de brancos que se estabeleceu na região, poluindo o rio frequentado por seu pai para a pesca, bem como, o solo no qual eles plantavam. De acordo com a liderança, eles estão aglomerados, vivendo em amontoados; desde que as famílias de



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ascendência italiana chegaram, eles trocaram suas terras por um saco de arroz e um pedaço de carne. Agora as terras estão ociosas, pois não continuaram o cultivo de arroz em larga escala.

A ideia de que o branco possui fantasias dominantes sobre territorialidade (Kilomba, 2019) sugere que há narrativas e concepções preponderantes criadas e mantidas pelos brancos em relação à ocupação e posse de territórios. Isso pode envolver a legitimação do domínio territorial por meio de narrativas históricas que justificam a colonização, a expansão territorial e/ou a exclusão de grupos raciais específicos de determinadas áreas.

Segundo Tinho, “essas famílias são muito cordiais, os filhos deles cresceram junto com nossos filhos, tinha uma relação muito amistosa e ainda tem. As pessoas tinham um respeito muito grande por eles (os brancos). Éramos a maioria afrodescendentes e, para nós, era interessante sermos aceitos por eles. Sendo que foram eles que chegaram aqui depois. Chega ser doentio porque não vivenciamos nossa cultura, a gente vive num país que parece que “nos deixam” viver aqui” (Tinho).

Eles chegaram depois e, ainda assim, era interessante os moradores da Comunidade serem aceitos por eles. Salve o engano, nos parece uma tentativa de justificar suas presenças em um território teoricamente branco. Uma tentativa de serem aceitos; como se fossem estranhos em seu próprio território; como se tivessem que pedir permissão para ser e estar.

Eles não só eram estranhos em seu próprio território como também tinham que trabalhar para eles, como é o caso em que Tinho menciona sobre as mulheres serem babás e amas de leite e o trabalho agrícola “nas terras deles”. Sobre isso, significativa são suas palavras: “Eu trabalhava lá desde pequeno. Eu trabalhava com um amigo e ele morreu. Pensa bem, um menino de dez anos trabalhando no arroz nesse sol quente do verão, alguns dos nossos colocando veneno. Pra começar já estava contaminando a água, matando os peixes, mas também a saúde. No caso desse menino foi fatal, ele tinha a minha idade, estudava comigo na escola. Foi muito triste.” (Tinho).

De maneira parecida, Nego Bispo (2023, p. 96) menciona que o modo de vida da comunidade quilombola onde nasceu cessou, uma vez que essas existências foram alvo de ataques e destruição, extinguindo-se também os modos que faziam com que a vida acontecesse. O autor questiona: “o que aconteceu com as pessoas que sabiam viver a partir desses modos? Quando tiramos a comida da onça e aparecemos na frente dela, o que ela vai fazer?”



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Para além do uso de veneno, Tinho desabafa sobre a empresa Sulquímica Indústria Química de Lubrificantes LTDA, que ao decretar falência, em 1995, deixou, além de pendências trabalhistas, um passivo ambiental que afeta e coloca em risco a saúde da população e do ambiente no qual a comunidade está inserida. Em nota técnica, elaborada pelo Projeto Ecoando Sustentabilidade da Universidade de Santa Catarina (UFSC), a pedido da liderança, após análise dos afluentes coletados na bacia de óleo, ficou constatada a contaminação do lençol freático por compostos diversos, dentre os quais, Benzeno, Alumínio, Cádmio e Mercúrio, em concentrações superiores aos respectivos valores máximos permitidos e seguros para a saúde humana (Amaro; Assunção, 2024).

Pelas falas de Tinho, fica evidente que o racismo ambiental não se manifesta apenas através do desastre em si, mas também na ausência de soluções, tanto por parte da empresa quanto do poder público, para o passivo ambiental que persiste na Comunidade anos após o ocorrido. Começou na instalação da empresa, quando ele percebeu “uma desvalorização, ou não valorização, de um espaço, de uma comunidade. É claro que ainda não havia o quilombo de uma forma oficial, mas havia aqui uma comunidade com sua história como qualquer outra comunidade que precisa ser respeitada, então é uma questão do valor, de eles virem fazer o que bem entendem o que não se faria em outro lugar. É exploração, dominação, apropriação.” (Tinho).

Segundo Tinho, isso causa grande desconforto porque não sabem a extensão da contaminação dos poluentes no solo e na saúde. Além disso, existia aqui uma comunidade com sua própria história, como qualquer outra, que merece respeito. O que fizeram lá não seria aceitável em outros lugares. O caso em questão evidencia um processo de invisibilização da comunidade junto com a invisibilização do desastre.

Evidentemente, a contranarrativa de Tinho revela que as injustiças ambientais recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas, o que a própria liderança chama de racismo ambiental, bem como os mecanismos e processos sociais impulsionados pelo racismo ambiental que consolidam hierarquias sociais, inferiorizam determinadas etnias e tratam como insignificantes os territórios onde populações dependentes de seus ecossistemas residem (Herculano, 2008).

Tais assimetrias na apropriação social da natureza são geradoras de uma má distribuição ecológica, na medida em que a utilização de um espaço ambiental ocorra em detrimento do uso



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

que outros segmentos sociais possam fazer de seu território. As formas de dominação e os conflitos socioambientais nos dias atuais revelam a persistente colonialidade que afeta a natureza latino-americana, sustentando a noção de colonialidade da natureza (Alimonda, 2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental abordar os conflitos socioambientais considerando a lógica que os sustenta e perpetua. Ao fazê-lo por meio das contranarrativas de grupos historicamente marginalizados e subjugados, somos levados a problematizar a noção de progresso e a expor os aspectos que ela frequentemente encobre — como o confisco de terras, a desestruturação de economias naturais viáveis e harmoniosas, o apagamento de cosmologias próprias, a destruição de culturas alimentares, a subnutrição, o roubo de produtos e matérias-primas, o genocídio e o epistemicídio.

No caso em análise, a contranarrativa de Tinho evidencia as transformações drásticas vividas em seu território, marcadas pelo racismo ambiental. Antes, o modo de vida era pautado pela lógica da reciprocidade e da convivência comunitária, próprias de comunidades tradicionais. Com o avanço da colonialidade — que se manifesta nos legados e padrões de dominação ainda presentes —, esse modo de vida foi profundamente impactado. As falas de Tinho revelam a gravidade da injustiça enfrentada: segundo ele, a empresa direcionou sua atuação justamente para uma comunidade considerada vulnerável, silenciada, talvez já prevendo a ausência de acesso efetivo à justiça. Ele destaca — e reforçamos — que o racismo ambiental não está apenas na chegada da empresa e na promoção de um desastre licenciado (Amaro; Assunção, 2024), mas se agrava a cada dia em que a situação permanece sem solução, perpetuando a desvalorização e o abandono da comunidade, forçada a conviver indefinidamente com os impactos.

As reflexões aqui apresentadas neste trabalho nos conduzem a um saber fundamentado em experiências concretas, ancoradas em contextos específicos e permeadas pelas dinâmicas da corpo-política e da geopolítica do conhecimento. O corpo, enquanto lócus de experiência e produção, emerge como espaço de uma perspectiva única, configurada pelas condições históricas, sociais e culturais que atravessam e influenciam essas vivências.



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A contranarrativa de Tinho revela a dupla fratura da modernidade: colonial e ambiental (Ferdinand, 2022). Isso evidencia que a exploração dos territórios é sustentada por uma lógica colonial, que, por sua vez, fundamenta projetos desenvolvimentistas que, ao explorar a terra, desumanizam as pessoas que dependem dela para existir. Ao evidenciar a colonialidade por trás dessas relações, a pesquisa propõe uma reflexão crítica sobre as formas como o racismo ambiental se entrelaça com outras formas de opressão, como o patriarcado e as desigualdades econômicas.

A partir dessas reflexões, direcionamos nosso olhar para outras formas de habitar a terra, de ser e estar no mundo, que, historicamente, têm lutado para preservar sua existência e continuar sendo em sua plenitude. Exemplos disso são os quilombos, espaços de resistência onde as comunidades negras, a partir de suas próprias práticas culturais, espirituais e sociais, constroem formas alternativas de vida, longe das imposições coloniais e da lógica opressora que tenta apagá-las. Os quilombos não são apenas locais geográficos, mas símbolos de uma resistência contínua contra o apagamento cultural, contra a desumanização e contra a imposição de um modelo de ser e estar no mundo que se diz único e universal.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 35, jan/abr, p. 84-105, 2014.

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (coord.). **La Naturaleza colonizada: Ecología política y minería en América Latina**, Buenos Aires: CLACSO, p. 21-57, ago. 2011.

AMARO, Andréia Gimenes; ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski. **Um desastre licenciado em nome do progresso e do desenvolvimento: um estudo do lago de óleo na Comunidade Quilombola Ihotinha, Santa Catarina, Brasil**. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 30, n. 70, set./dez. 2024.

BISPO DOS SANTOS, Antonio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

BIZERRIL, José. O vínculo etnográfico: intersubjetividade e co-autoria na pesquisa qualitativa. **Universitas Ciências da Saúde**, Brasília: UniCeub, v. 2, n. 2, p. 153-163, jul./dez. 2004.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, dez. 2015, p. 89-100.



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

EVARISTO, Conceição. A escriturização e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escriturização: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FRASER, Nancy. O clima do capital – um ecossocialismo transambiental. In: Insurgência (org.). São Paulo: Insurgência, 2023 (tradução). Disponível em: **Nancy Fraser: O clima do capital – um ecossocialismo transambiental**. Acesso em 25 jun. 2025.

HERCULANO, S. O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental. **INTERFACEHS**, Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v.3, n.1, jan./abril, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LASCHEFSKI, K; ZHOURI, A. Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente: a "questão territorial" e o novo desenvolvimentismo no Brasil. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 278-322, 2019.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território e educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência**. Salvador: EDUFBA, 2020.

PEIRANO, Mariza. A eterna juventude da antropologia: etnografia e teoria vivida. In: GUBER, R. (coord.). **Trabajo de campo en América Latina: experiencias antropológicas regionales en etnografía**. Bogotá: Campus editorial/Sb editorial, 2019.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: Desafios para a governança ambiental. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 97-107, out./2008.